

CONTRIBUIÇÃO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E DOS ODS PARA A MITIGAÇÃO DE IMPACTOS DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO DO VESTUÁRIO

SILVIA MARA BORTOLOTO DAMASCENO BARCELOS; PAULA PIVA LINKE

Departamento de Design e Moda – Universidade Estadual de Maringá

RESUMO

É de suma importância acompanhar os avanços e recuos relacionados à sustentabilidade, que vem ganhando elevada importância devido a problemas ambientais, econômicos e sociais, além de ser um diferencial entre as organizações. Através da sustentabilidade, elas podem desenvolver estratégias e ações mais competitivas e sustentáveis. Além disso, as organizações têm incorporado informações importantes em suas tomadas de decisões por meio de indicadores de sustentabilidade. Sendo assim, este capítulo tem por objetivo estudar como os indicadores de sustentabilidade e os ODS podem contribuir para a mitigação de impactos da indústria de confecção do vestuário. A abordagem desta pesquisa é qualitativa e apresenta um estudo de caso do APL α , referente ao setor de confecção de vestuário, considerado um dos setores mais impactantes em termos de danos ambientais e exploração de mão de obra. Neste estudo, dá-se maior ênfase ao *Global Reporting Initiative* (GRI) e, na sequência, apresentam-se os indicadores de sustentabilidade que, focados no *triple-bottom-line*, possibilitam a geração de relatórios de sustentabilidade com foco na transparência da organização e sua relação com os objetivos do desenvolvimento sustentável. Os resultados demonstram que uma organização relatora iniciante precisa identificar a materialidade respondendo a um mínimo de indicadores, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: ambiental, social e econômica.

Palavras-chave: Indicadores de Sustentabilidade, GRI, Relatório de Sustentabilidade, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

CONTRIBUTION OF SUSTAINABILITY INDICATORS AND SDG TO MITIGATION OF IMPACTS OF THE CLOTHING INDUSTRY

ABSTRACT

It is extremely important to follow the advances and setbacks related to sustainability, which has been gaining importance due to environmental, economic and social problems, in addition to being a differentiating tool between organizations, through which they can develop more competitive and efficient strategies and actions. sustainable. In addition, organizations have been inserting important information into their decision-making through sustainability indicators. Therefore, this chapter aims to study how sustainability indicators and the SDGs can contribute to mitigating the impacts of the clothing manufacturing industry. This research has a qualitative approach and presents a case study of APL α referring to the clothing manufacturing sector, considered one of the most impacting sectors in terms of environmental damage and labor exploitation. In this study, greater focus is given to the Global Reporting Initiative (GRI) and then the sustainability indicators are presented that, focused on the triple-bottom-line, enable the generation of sustainability reports with a focus on the transparency of the organization and, its relation with the goals of sustainable development. The results demonstrate that for a novice reporting organization it is necessary to identify materiality by responding to a minimum of indicators, including at least one from each of the following performance areas: environmental, social and economic.

Keywords: Sustainability indicators, GRI, Sustainability Report, Sustainable Development Goals.

1. INTRODUÇÃO

A sustentabilidade, em suas diversas áreas, vem ganhando elevada importância devido a problemas ambientais, econômicos e sociais, tornando-se um diferencial entre as organizações. Através dela, podem desenvolver estratégias e ações mais competitivas e sustentáveis (Eccles, Ioannou & Serafeim, 2014; Galpin et al., 2015). As organizações têm inserido informações importantes em suas tomadas de decisões por meio de indicadores de sustentabilidade. Uma das ferramentas mundialmente utilizadas, considerada uma das mais completas em termos de indicadores, é a GRI (*Global Reporting Initiative*). Em suas diretrizes, a GRI apresenta indicadores essenciais, adicionais e setoriais que auxiliam as organizações na geração de relatórios de sustentabilidade, com o intuito de se destacarem perante seus *stakeholders* (Hahn & Kühnen, 2013; KPMG, 2020, 2022).

Na atualidade, a temática do desenvolvimento sustentável tem se apresentado mais complexa, com uma nova roupagem: a dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). O tripé da sustentabilidade, que abrange a questão econômica, social e ambiental, deu origem a 17 objetivos que englobam questões mais amplas, como qualidade de vida, fome, qualidade e acesso à água, dentre outras. Pensar o desenvolvimento sustentável a partir desses 17 objetivos é fundamental, pois permite uma visão mais holística sobre a crise ambiental e os problemas que a sociedade enfrenta (Griggs et al., 2013; Biermann et al., 2017). Além disso, não basta desenvolver ações em que haja controle ou métricas que sirvam de base para acompanhar o resultado ou avanço do desenvolvimento sustentável na sociedade. É necessário ter indicadores que sejam capazes de apresentar um mapa de como o desenvolvimento sustentável está sendo implantado na sociedade e se os resultados são de fato satisfatórios.

Considerando que a sociedade vive em um mundo em crise ambiental, é de suma importância acompanhar os avanços e recuos relacionados à sustentabilidade. Sendo assim, este capítulo tem por objetivo estudar como os indicadores de sustentabilidade e os ODS podem contribuir para a mitigação dos impactos da indústria de confecção do vestuário.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sustentabilidade e indicadores de sustentabilidade

Muito se tem falado sobre sustentabilidade e sua aplicação na atualidade. No entanto, para que a sociedade se torne de fato mais sustentável, é necessário entender a complexidade e a amplitude dos problemas ambientais a serem enfrentados. A partir do momento em que se dispõe de informações concretas, é possível tomar decisões mais assertivas, promovendo ações transformadoras que tragam resultados mais efetivos. Assim, o papel de indicadores voltados à sustentabilidade é fundamental, pois auxiliam o mapeamento dos problemas a serem enfrentados. Contudo, antes de se pensar em indicadores, é importante compreender o que de fato é a sustentabilidade,

suas diretrizes e bases, de modo a entender as variáveis que influenciam a crise socioambiental que a sociedade enfrenta.

O termo *desenvolvimento sustentável* tem origem no conceito de *ecodesenvolvimento*, que aparece pela primeira vez em 1972, em Estocolmo, na Suécia, durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Na década de 1980, surgiu, então, o conceito de desenvolvimento sustentável, durante a Comissão de Brundtland (Estender & Pitta, 2008; Zilans & Abolina, 2009). Esse avanço é importante, pois estabelece as bases teóricas para a discussão ambiental e diretrizes para o desenvolvimento de projetos e ações em prol do ambiente. O desenvolvimento sustentável definido pela Comissão de Brundtland foi concebido para garantir que o desenvolvimento econômico e social ocorresse de modo ambientalmente sustentável (Siche et al., 2007; Vilhena, 2007; Holden et al., 2017). Isso significa considerar os impactos causados pelos meios de produção, visando minimizar ou evitar os impactos ambientais.

Para Veiga (2008) e Manzini e Vezzoli (2005), o desenvolvimento focado apenas no crescimento econômico é um grande problema, pois desconsidera as questões sociais e ambientais, promovendo desigualdades e esgotando os recursos naturais. Quando se considera a finitude do planeta, a questão ambiental precisa ser incorporada ao processo de desenvolvimento, surgindo, assim, o conceito de desenvolvimento sustentável, que pressupõe uma sociedade capaz de se sustentar econômica, ambiental e socialmente. De acordo com Glavic e Lukman (2007) e Seuring e Müller (2008), a responsabilidade econômica, que inclui os aspectos ambientais e sociais, cria um paradigma entre recursos econômicos, ambientais e sociais, sempre com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das gerações presentes e futuras, fundamentando-se na vontade política. Aplicar o conceito de desenvolvimento sustentável é um grande desafio, pois, em uma sociedade capitalista que prioriza o lucro, tentar promover o equilíbrio entre o social, o econômico e o ambiental encontra muitos obstáculos.

Na visão de Fialho et al. (2008) e Nogueira (2009), sustentabilidade e desenvolvimento estão interligados na expressão ideológica daquilo que continua no tempo, ou seja, estão ligados à ideia de continuidade. A sustentabilidade traz a ideia de algo perene, inesgotável, de algo que existe na atualidade e está garantido no futuro. Está associada à questão ambiental, à preocupação com as fontes de recursos naturais, à degradação do meio ambiente e ao compromisso com o processo socioeconômico. Trata-se de um processo de gestão dos recursos disponíveis, considerando-se a escala de consumo, os limites de renovação desses recursos e sua permanência no futuro. Em outras palavras, trata-se da forma de obter um padrão desejável de estilo de vida, alcançado por meio de bens e serviços, além de uma dimensão social. A ideia é sempre primar pelo não comprometimento de uma vida com qualidade, ou seja, garantir recursos naturais disponíveis e um meio ambiente equilibrado, possibilitando uma reprodução sustentável para a geração atual e as futuras. Pode-se dizer, então, que o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança em que a exploração de recursos, a direção dos investimentos, o

desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia (Ragas et al., 1995; Holden et al., 2017).

Apesar dos avanços e discussões em relação ao desenvolvimento sustentável, percebe-se que, na conjuntura socioeconômica atual, ainda não se dá muita importância e/ou prevalência ao meio ambiente, evidenciando-se padrões que focam no descarte e no lucro como indicadores de desenvolvimento. No entanto, o consumo consciente e responsável é uma possibilidade na relação homem/natureza para promover o desenvolvimento sustentável. Consideráveis impactos socioambientais resultam desse consumo incoerente, fomentado pelo capitalismo globalizado, que incentiva uma sociedade cujo objetivo é o crescimento econômico. Consequentemente, essa sociedade se depara com centenas de florestas desmatadas, rios poluídos, extinção de animais, doenças na população local, dentre outros problemas, pois esse sistema não está baseado unicamente nas necessidades individuais, mas, sobretudo, na obtenção de lucro (Andrade & Fraxe, 2013).

Para aproximar as três dimensões da sustentabilidade com um ambiente humano em que a qualidade de vida seja significativa e inclusiva, a estratégia de implementação do processo de desenvolvimento sustentável precisa focar na harmonização desse sistema, visando à perpetuação ao longo do tempo. O fator cultural social é determinante para que essa estratégia introduza a alteração de paradigmas por meio das mudanças necessárias, de modo que a conscientização de indivíduos e grupos determine atitudes e ações, reposicionando sistematicamente os aspectos negativos revelados pelos indicadores de sustentabilidade ao longo do processo. Assim, a sustentabilidade será alcançada pela busca contínua do desenvolvimento sustentável (Feil & Schreiber, 2017).

Em sentido literal, sustentabilidade significa a capacidade de sustentar e é geralmente entendida como ecologia. *Eco* significa “amigo do ambiente”, portanto, ecologia é o estudo da relação entre os organismos vivos e seus arredores. Já a palavra *sustentabilidade* deriva do latim *sustinere*, que quer dizer “segurar, manter, apoiar, suportar, equilibrar, firmar, sustentar, proteger, conservar”, dentre tantos outros significados. Assim, fica clara a diferença entre os termos, embora possam se complementar, dando origem à expressão *sustinere-eco*, que pode ser traduzida como manter a terra de modo a manter a espécie humana (Agyekum-Mensah et al., 2012). Nesse sentido, a sustentabilidade é muito mais do que a seleção de materiais, gestão de recursos e redução de emissões de carbono. Trata-se de uma das questões mais importantes e complexas das últimas décadas, considerando-se os riscos para o ambiente e para a espécie humana já instalados em escala planetária (Agyekum-Mensah et al., 2012).

Entende-se, assim, que o desenvolvimento sustentável, em seus variados aspectos, tem frequentemente priorizado, nas discussões, a esfera ambiental, que visa que a produção e o consumo ocorram à velocidade equivalente ao ressarcimento das matérias-primas utilizadas, preservando, dessa forma, o ecossistema (Nascimento, 2012). Deve-se, portanto, considerar o conceito de sustentabilidade como complexo, cujas bases – econômica, social e ambien-

tal – precisam estar em pé de igualdade para que a sociedade possa, de fato, atingir o desenvolvimento sustentável. Esse tripé deve nortear as ações dos diversos setores da nossa sociedade, de modo a promover uma mudança no estilo de vida atual dos indivíduos.

Convém, então, compreender cada um dos pontos do tripé da sustentabilidade. Na esfera econômica, presume-se a expansão da eficiência da produção e do consumo, com ampla economia dos recursos naturais e dos recursos vulneráveis ou mal distribuídos (Nascimento, 2012). A sustentabilidade econômica é entendida como um conjunto de políticas e medidas visando à implementação integrada de ações centradas em conceitos ambientais e sociais. Logo, o lucro possui parâmetros sociais e ambientais, sendo otimizado pelo uso dos recursos limitados com gestão tecnológica para poupar material e energia, respeitando a exploração sustentável que coíbe seu esgotamento (OECD, 2014). O desenvolvimento econômico geralmente ocorre em ambientes institucionais, por meio de atividades produtivas, transações comerciais, negociações, cadeias de relacionamentos e suprimentos, dentre outros aspectos, que tornam as instituições aliadas e determinantes para o desenvolvimento sustentável (Munck & Souza, 2009).

Para atingir o desenvolvimento sustentável (DS), é necessário reconhecer que os recursos naturais são limitados, o que exige planos estratégicos com uma nova concepção de desenvolvimento econômico que pressuponha a reutilização de materiais e a reciclagem. O desenvolvimento econômico capitalista, que transforma mercadoria em lucro, demonstra-se incompatível com o DS, dado que este possui uma dimensão holística, tanto no que diz respeito à humanidade quanto à natureza.

No que se refere à esfera social, a sustentabilidade incentiva a igualdade entre os cidadãos, de modo que todos sejam beneficiados e não haja absorção de bens, recursos naturais e energéticos que sejam nocivos a parte da população, causada por conflitos de interesses. Desta forma, a esfera cultural está amplamente relacionada, pois a mudança no estilo de vida, valores e hábitos é necessária para que haja transformação no modo de consumo, priorizando a qualidade e o usufruto em vez da quantidade de bens (Nascimento, 2012).

A dimensão social tem sido a mais potencialmente negligenciada, e administradores e organizações estão especialmente atentos a isso (Lourenço & Carvalho, 2013; Elkington, 2018), na medida em que a sustentabilidade socioética tem base no desenvolvimento humano, na estabilidade das instituições públicas e culturais, e em conflitos sociais reduzidos. Portanto, é importante que as organizações tenham critérios para avaliar a sustentabilidade social e considerar o impacto das práticas empresariais nas comunidades e na sociedade em geral (Licht & Folland, 2019). Nesse contexto, a ênfase na sustentabilidade socioética constitui um meio de humanização da economia, com a pretensão de desenvolver os elementos humanos e culturais. O ser humano é entendido como agente e objetivo do desenvolvimento, o que implica sua participação na formação das políticas sociais, tanto em nível de decisão quanto no que diz respeito à execução e controle (OECD, 2014).

Este cenário permite-nos afirmar que os impactos ecológicos e sociais negativos podem ser revertidos por meio de soluções inovadoras direcionadas a projetos que objetivam a permanência do desenvolvimento sustentável, sendo primordiais investimentos e a colaboração de todos os envolvidos (Oliveira et al., 2013). A desigualdade social, presente sobretudo nos países menos desenvolvidos, é muitas vezes causada por empresas e governos corruptos, que se apropriam de recursos naturais para a obtenção de lucros, tornando complexa a estruturação da sustentabilidade socioética (Manzini & Vezzoli, 2005).

Em relação ao meio ambiente, pode-se complementar que um dos instrumentos do princípio da responsabilidade ecoética – imprescindível na construção de uma sociedade sustentável – é a avaliação da sustentabilidade (Silva et al., 2011). Sem o devido planejamento e estudo das principais fontes e recursos utilizados nas indústrias, as sociedades humanas enfrentam sérios problemas que precisam ser resolvidos para que as próximas gerações sobrevivam sem sofrer consequências muito graves resultantes dos descuidos atuais (Schulte & Lopes, 2014).

Nesse sentido, a perspectiva sustentável questiona se, nos próximos anos, a humanidade evoluirá de modo que a sociedade possa viver melhor, consumindo menos, desenvolvendo a economia com a redução da produção e do consumo de materiais, deixando para trás as atuais referências de que o bem-estar e a economia são qualificados pelo consumo de matéria-prima e crescimento na produção (Manzini & Vezzoli, 2005).

2.2 O desenvolvimento dos indicadores de sustentabilidade

Os indicadores têm um papel fundamental na sociedade, permitindo apresentar métricas em relação a diversos elementos. Deve-se considerar que um indicador é desenvolvido quando se deseja conhecer profundamente determinada situação ou problema, acompanhando as variáveis e a flutuação de dados em determinado período de tempo. Além disso, o indicador serve como parâmetro que aponta e fornece dados significativos, trazendo melhor entendimento para a tomada de decisões, planejamento e ações.

Pode-se desenvolver indicadores para diversas áreas, como social, econômica, de produção e ambiental. A grande questão é que, até que se percebesse a gravidade da crise ambiental, não havia indicadores voltados para a sustentabilidade e o meio ambiente. Portanto, não se sabia a intensidade e a velocidade com que o planeta estava sendo destruído. Foi a partir do momento em que se começou a viver as consequências dessa crise ambiental que a sociedade passou a se voltar para essa questão. Ainda de maneira tímida, tem buscado alternativas (Seldier, 2018).

Os indicadores ambientais começaram a ser utilizados durante a década de 70 e 80, como resultado de esforços de governos e organizações internacionais na elaboração e divulgação dos primeiros Relatórios sobre o Estado do Ambiente, sendo o governo holandês o pioneiro na adoção de indicadores

ambientais, em 1989, para avaliar os resultados da implementação do Plano de Política Ambiental Nacional (Kemerich, 2014, p. 3724).

Apesar dos resultados divulgados pelos relatórios, os avanços em prol do ambiente ainda são lentos, pois exigem mudanças mais profundas na sociedade e em seu estilo de vida. Deve-se compreender, então, que o indicador de sustentabilidade é como uma ferramenta de medição, que, por meio de comparações, mostra até que ponto os objetivos sustentáveis são atendidos (Ragas et al., 1995; Siche et al., 2007; Silva, 2007). Um exemplo disso é a aplicação de indicadores em diversos setores com o objetivo de mapear processos e entender sua relação com o ambiente.

A ideia da elaboração de métodos de avaliação de sustentabilidade está relacionada às possibilidades de apoiar formas de produção sustentáveis [...], bem como de obter informações sobre o desempenho e/ou níveis de sustentabilidade. Entretanto, algumas questões vêm sendo questionadas quanto à implementação real das ferramentas na prática e à contribuição das avaliações para levar à mudança (Seidler, 2018, p. 3).

Este é um questionamento relevante: utilizar indicadores por si só não promove mudanças, mas fornece uma visão da situação atual, o que exige ações concretas e projetos que promovam o cuidado com o ambiente.

Apesar dessa dicotomia, os indicadores de sustentabilidade constituem ferramentas relevantes, pois avaliam o desempenho de uma empresa ou indústria. Considerando a variedade disponível de indicadores e os diferentes níveis de complexidade, tais indicadores cumprem um papel importante ao fornecer dados que podem ser utilizados para aperfeiçoar processos e ações que mitiguem os impactos ambientais (Al-Sharrah, Elkamel & Almansoor, 2010).

Selecionar indicadores de sustentabilidade aplicáveis ao contexto do desenvolvimento sustentável marca o início da avaliação do desempenho. Instrumentos básicos como os indicadores auxiliam na avaliação das opções gerenciais e dos resultados, convertendo informações complicadas em dados de fácil compreensão. Para uma tomada de decisão adequada, a utilização desses instrumentos desde o início, bem como a aplicação correta dos devidos indicadores, é determinante e primordial para que a sustentabilidade alcance o desempenho desejado (Erol et al., 2009).

Através da utilização de indicadores ambientais, deve ser possível a análise das condições e mudanças da qualidade ambiental, além de favorecer o entendimento das interfaces da sustentabilidade, bem como de tendências, como uma ferramenta de suporte no processo de tomada de decisão e formulação de políticas e práticas sustentáveis, pois os indicadores têm como função diagnosticar a saúde do ecossistema e fornecer uma ferramenta para monitorar condições e mudanças ambientais ao longo do tempo (Kemerich, 2014, p. 3725).

Apesar de os indicadores de sustentabilidade representarem um avanço, não se pode deixar de enfatizar a complexidade do termo *sustentabilidade*, assim como o grande número de variáveis que se deve considerar ao de-

envolver um indicador. Para Kemerich (2014) e Seldier (2018), desenvolver indicadores eficientes é um desafio, pois existem muitos cenários e variáveis a se considerar em análises locais, regionais e globais.

Além disso, deve-se considerar que os indicadores não são perfeitos; existem vantagens e limitações em sua utilização. É necessário estar ciente dessas vantagens e limitações para fazer uma boa escolha em relação ao indicador a ser usado. Acima de tudo, é importante considerar a comparação de dados e de parâmetros e a necessidade de pesquisas complementares ou levantamento de dados preliminares para servir de base à aplicação de determinado indicador.

Considerando que a sustentabilidade é complexa, é necessário, em muitos casos, utilizar um conjunto de indicadores para se obterem dados mais confiáveis e concretos. Fazendo cruzamentos de dados e comparações, é possível realizar uma correta interpretação daquilo que foi levantado pelos indicadores (Kemerich, 2014).

2.3 O GRI e os objetivos de desenvolvimento sustentável

Sabendo da complexidade da temática da sustentabilidade e dos desafios a serem enfrentados para minimizar a crise ambiental, é preciso entender como a sociedade está atuando. Uma das formas de conhecer projetos e ações é por meio dos relatórios públicos apresentados por empresas e pelo poder público. Tais relatórios objetivam informar não somente o desempenho econômico e social, mas também o ambiental (Andries et al., 2018).

Os relatórios públicos voltados à sustentabilidade passaram a ser utilizados como uma forma de garantir confiabilidade e mostrar o compromisso da empresa ou setor público com a questão ambiental. Dentre os vários modelos de relatório existentes, o GRI (Global Reporting Initiative) é um dos mais importantes (Costa, 2019).

O GRI é uma organização não governamental internacional, situada em Amsterdã, na Holanda. Sua missão é desenvolver e disseminar, de forma global, diretrizes que possibilitem a elaboração de relatórios de sustentabilidade. Suas atividades são focadas no desenvolvimento de relatórios relacionados à sustentabilidade econômica, social e ambiental das empresas. A primeira versão das diretrizes para relatórios de sustentabilidade do GRI foi elaborada em 1999, com a versão oficial publicada em 2002, e somente em 2004 foi lançada a versão em português (GRI, [s.d.]).

O nascimento do GRI se deve à *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES), através de uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e com uma ONG americana formada por trabalhadores, religiosos, organizações ambientais e investidores institucionais (GRI, [s.d.]).

O relatório de sustentabilidade aparece como a melhor forma de saber o que está sendo feito pelas companhias nas áreas social, ambiental e econômica, que compõem o tripé da sustentabilidade (*triple-bottom-line*), permi-

tindo identificar, mensurar e divulgar as ações desenvolvidas pelas organizações (Leite Filho et al., 2009).

O padrão GRI é utilizado por aproximadamente 1.500 instituições que produzem seus relatórios com base na terceira geração do modelo GRI-G3, considerando o mercado mundial, incluindo 60 instituições brasileiras. Esse padrão permite comparar empresas de todo o mundo, possibilitando que a organização utilize uma ferramenta que implante um procedimento de contínua melhoria para o desempenho, focado no desenvolvimento sustentável (Leite Filho et al., 2009; GRI, [s.d.]).

O quadro de diretrizes da GRI é considerado o mais completo para um relatório de sustentabilidade, apresentando 49 indicadores essenciais, 30 indicadores adicionais e um número variável de indicadores setoriais, de acordo com o setor a que se destina (GRI, [s.d.]).

Considerando a complexidade da crise ambiental, a abrangência do conceito de desenvolvimento sustentável e, em muitos casos, a dificuldade de se estabelecerem diretrizes mais concretas para atingi-lo, a ONU lançou uma nova agenda global: “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (UN, 2018). Nessa perspectiva, foram lançados, em 2015, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que são baseados em cinco grandes áreas temáticas. De acordo com Costa (2019, p. 5), são elas:

- ◆ **Pessoas** – salienta a erradicação da pobreza e da fome em todas as suas formas e dimensões, bem como a promoção da dignidade e igualdade a todas as pessoas através de um ambiente saudável.
- ◆ **Prosperidade** – destaca a importância de que o desenvolvimento social, econômico e tecnológico aconteça em sintonia com a natureza, garantindo que todos possam ter uma vida próspera e plena realização pessoal.
- ◆ **Planeta** – alerta para a necessidade de proteger o planeta por meio de padrões sustentáveis de consumo e produção, medidas de combate às alterações climáticas e uma gestão sustentável dos recursos naturais, pensando sempre nas necessidades das gerações presentes e futuras.
- ◆ **Paz** – aborda a importância de sociedades pacíficas, justas e inclusivas, nas quais não exista violência, lembrando que não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, nem paz sem desenvolvimento sustentável.
- ◆ **Parcerias** – mobiliza-se, através de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável, os meios necessários para implementar a Agenda 2030, alertando para que todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas participem, não deixando ninguém para trás.

A partir dessas temáticas, foram criados 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Cada um deles foi descrito na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Objetivo	Definição
01 Erradicação da pobreza	Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares
02 Fome zero e agricultura sustentável	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável
03 Saúde e bem-estar	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
04 Educação de qualidade	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
05 Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
06 Água potável e saneamento	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos
07 Energia limpa e acessível	Garantir o acesso a fontes de energia confiáveis, sustentáveis e modernas para todos
08 Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos
09 Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10 Redução das desigualdades	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países
11 Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis
12 Consumo e produção responsáveis	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis
13 Ação contra a mudança global do clima	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
14 Vida na água	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15 Vida terrestre	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e conter a perda da biodiversidade
16 Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17 Parcerias e meios de implementação	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Brasil UN (2022).

Há que se destacar que, para cada um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, existem metas específicas. Pode-se observar na Tabela 1 que se tem uma grande variedade de objetivos, cada qual com um campo de atuação. No entanto, se cumpridos corretamente, esses objetivos podem tornar a sociedade menos impactante e mais sustentável.

Um ponto interessante a ser considerado é a necessidade de acompanhar os avanços públicos e privados em relação a tais objetivos. Portanto, indica-

dores que possibilitem a geração de métricas são importantes. Nesse sentido, Costa (2019, p. 17) afirma que:

A primeira proposta de indicadores dos ODS a ser desenvolvida foi construída tendo por base três conjuntos de indicadores: i) indicadores dos ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), com 60 indicadores; ii) indicadores do Desenvolvimento Sustentável da Conferência de Estatísticos Europeus (CES SDI3), com 90 indicadores; e iii) indicadores da *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN), com 100 indicadores. A avaliação revelou que 105 indicadores, de pelo menos um dos três conjuntos referidos anteriormente, poderiam ser usados para medição.

Os indicadores supracitados são apenas um exemplo de como acompanhar a aplicação e o desenvolvimento de tais objetivos. Os ODS podem ser integrados aos relatórios de sustentabilidade seguindo três etapas, de acordo com as diretrizes do GRI. A etapa 1 é a definição das metas prioritárias dos ODS; a etapa 2, a medição e análise; e a etapa 3, a divulgação, integração e implementação para a mudança (Business Reporting on the SDGs, 2018).

3. MÉTODO

Para alcançar o objetivo da pesquisa, que é analisar como os indicadores de sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) podem contribuir para a mitigação dos impactos da indústria de confecção de vestuário, foi necessário explorar diversas categorias teóricas. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em materiais que abordam os temas discutidos nos tópicos do referencial teórico.

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa que, de acordo com Creswell (2013), é baseada em amostras com o objetivo de obter percepções e compreensão do problema. Ela apresenta um estudo de caso, que, segundo Yin (2018), trata-se de uma investigação empírica que explora um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. Portanto, o objeto do estudo de caso foi o Arranjo Produtivo Local (APL) de vestuário, referido neste capítulo como α . A pesquisa foi realizada por meio de um questionário direcionado aos gestores das empresas do APL α . No total, dez indústrias acessíveis participaram do estudo, incluindo três micro, quatro pequenas e três empresas de porte médio. Para este estudo, deu-se maior foco ao *Global Reporting Initiative* (GRI) e, em seguida, foram apresentados alguns exemplos de indicadores de sustentabilidade e sua relação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O primeiro questionário foi constituído por 2 questões para cada um dos 49 indicadores do GRI. A primeira pergunta referiu-se ao nível de importância de cada indicador, de acordo com a percepção dos gestores das empresas pesquisadas, utilizando-se, para mensuração, a escala Likert de 5 pontos: (1) irrelevante, (2) pouco importante, (3) nem irrelevante nem importante, (4) importante e (5) muito importante. A segunda pergunta referiu-se à situação

de cada indicador nas empresas, com as seguintes opções: E = Existe e está formalizado em programas ou atividades na organização; EI = Existe em fase de implantação na organização; ENF = Existem apenas ações relacionadas, mas não está formalizado na organização; e NE = Não existe na organização.

O segundo questionário foi constituído por 8 questões para cada um dos 49 indicadores do GRI. Foi desenvolvido com base nas Diretrizes do GRI e é denominado de Teste de Materialidade. O princípio de Materialidade é um método para determinar quais indicadores têm viabilidade para adoção, ou seja, de se tornarem materiais. Primeiramente, deve-se fazer uma seleção dos aspectos (econômico, ambiental e social) e, a partir disso, relacionar uma lista de indicadores correspondentes.

Os resultados foram tabulados e, na sequência, verificou-se o Princípio do Contexto da Sustentabilidade e o Princípio da Abrangência. Foi necessário analisar e responder a algumas questões, conforme definido nas Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade da GRI, a fim de garantir que o teste cobriu o Princípio do Contexto da Sustentabilidade e verificar a eventual necessidade de incluir alguns indicadores que não foram considerados relevantes.

Para relacionar os indicadores de sustentabilidade do Global Reporting Initiative (GRI) com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), foi necessário mapear os indicadores específicos do GRI com os objetivos e metas estabelecidos pelos ODS. Esse processo envolveu a identificação de quais indicadores do GRI correspondem a cada um dos 17 ODS e suas metas associadas. Para isso, foi necessário compreender os ODS, conhecer os Indicadores do GRI e mapear os Indicadores do GRI para os ODS.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 O caso do APL de vestuário α

O APL objeto deste estudo está localizado no noroeste do Estado do Paraná, nacionalmente conhecido como a “capital da moda”. Nessa região, estão instaladas aproximadamente 2,5 mil empresas – micro, pequenas e médias – atuando nas atividades de beneficiamento, fiação, tecelagem, vestuário e serviços de acabamento, gerando cerca de 100 mil empregos diretos e indiretos (FIEP, 2010; Galdamez, 2010). Conta com um forte setor industrial e se destaca nacionalmente por ser um dos maiores polos atacadistas de confecções do Sul do país, recebendo milhares de compradores durante o ano todo, que realizam suas compras nos shoppings atacadistas (APL Vestuário, 2006; FIEP, 2012).

De acordo com os gestores, são empresas consolidadas no mercado, com reconhecimento nacional, por fazerem parte do maior APL de vestuário do Estado do Paraná, atendendo a quase todo o território nacional. Os produtos passam por um rigoroso controle de qualidade e angariam níveis cada vez maiores de satisfação dos consumidores em geral. Os empresários vêm investindo em inovação tecnológica em suas cadeias produtivas para que seus produtos, bem como suas marcas, permaneçam competitivos no mercado.

Segundo o estudo realizado no APL α , em relação ao nível de importância dos indicadores, constatou-se que, apesar de os gestores terem percepção da importância das questões sustentáveis, os indicadores resultantes do Teste de Materialidade apresentam um entendimento parcial no que se refere à categoria “Desempenho Ambiental” das organizações sobre desenvolvimento sustentável. Pode-se afirmar que, nos indicadores identificados no quesito da materialidade, a categoria “Desempenho Ambiental” apresenta-se insuficiente para contemplar todo o contexto da sustentabilidade e da abrangência. No que se refere à situação de cada indicador nas empresas do APL, constatou-se que a minoria dos indicadores “Existe e está formalizado em programas ou atividades na organização” ou “Existe em fase de implantação na organização”, como pode ser visto na Figura 1, em que foram identificados apenas 19 indicadores GRI.

Categoria Desempenho Econômico			Categoria Desempenho Ambiental		Categoria Desempenho Social - Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente						Categoria Desempenho Social - Indicadores de Desempenho referentes a Direitos Humanos			Categoria Desempenho Social - Indicadores de Desempenho referentes a Responsabilidade pelo Produto				
Desempenho Econômico			Materiali	Conformidade	Emprego	Relações entre os Trabalhadores e a Governança	Saúde e Segurança no Trabalho	Treinamento e Educação	Diversidade e Igualdade de Oportunidade	Práticas de Investimento e de Processos de Compra	Trabalho Infantil	Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	Saúde e Segurança do Cliente	Rotulagem de Produtos e Serviços	Comunicações de Marketing	Conformidade		
EC1	EC2	EC4	EN1	EN28	LA1	LA4	LA7	LA8	LA10	LA14	HR1	HR2	HR6	HR7	PR1	PR3	PR6	PR9

Figura 2 Indicadores identificados nas indústrias do vestuário do APL α . *Fonte:* Autoria própria.

Os indicadores apresentam parcialmente o desempenho das organizações, comunicando a magnitude de seus impactos em um contexto geográfico apropriado, considerando a ausência de indicadores ambientais que demonstrem tal desempenho. Os gestores identificam indicadores que julgam importantes para estratégias a serem descritas, que evitem riscos e abram oportunidades que seriam objeto de aplicação a longo prazo. Todavia, tal procedimento não é adotado de forma suficiente pelas empresas, tendo em vista a não materialização de indicadores de desempenho ambiental diante dos temas da cadeia de suprimentos. Mesmo sendo reconhecida a importância de tais indicadores, eles não abrangem a prioridade necessária de toda a cadeia.

Os indicadores identificados no estudo podem refletir significativamente o desempenho de todas as entidades sob controle organizacional ou que exercem influência considerável sobre essas entidades. Levando-se em conta as práticas empresariais, a inclusão de todas as ações ou eventos relevantes pode ocorrer com referência à sustentabilidade, considerando tanto o período passado quanto o planejamento futuro. A omissão de informações ou a inexistência de clareza na disponibilização de informações relevantes impacta as avaliações ou as decisões dos *stakeholders* de forma preponderante.

Sendo assim, neste estudo foi possível identificar alguns indicadores das categorias de impacto do GRI como facilitadores do alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável integrados ao relatório de sustentabilidade das empresas, podendo-se citar entre eles:

- ◆ **EC1** – Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros

investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos, que corresponde ao indicador **201-1** do GRI-G5; **EC2** – Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido às mudanças climáticas, que corresponde ao indicador **201-2** do GRI-G5; e **EC4** – Ajuda financeira significativa recebida do governo, que corresponde ao indicador **201-4** do GRI-G5. Esses indicadores contribuem para monitorar e relatar como as empresas estão contribuindo para alcançar o **ODS 8** (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), que visa promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos.

- ◆ **EN1** – Materiais usados por peso ou volume, que corresponde ao indicador **301-1** do GRI-G5; e **EN28** – Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais, que corresponde ao indicador **307-1** do GRI-G5. Esses indicadores ajudam as organizações a monitorar e relatar suas práticas em relação ao consumo responsável de materiais e conformidade com regulamentos ambientais, contribuindo diretamente para a promoção de práticas sustentáveis e para a redução de impactos ambientais adversos, conforme estabelecido pelos **ODS 12** (Consumo e Produção Responsáveis) e **ODS 16** (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).
- ◆ **LA1** – Número total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região, que corresponde ao indicador **401-1** do GRI-G5; **LA4** – Percentagem de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva, que corresponde ao indicador **102-41** no GRI-G5; **LA7** – Taxa de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, ausências e óbitos relacionados ao trabalho, que corresponde ao indicador **403-2** no GRI-G5; **LA8** – Taxa de retorno ao trabalho após licença-maternidade/paternidade/desligamento, que corresponde ao indicador **401-2** no GRI-G5; **LA10** – Média de horas de treinamento por ano por funcionário, que corresponde ao indicador **404-1** no GRI-G5; e **LA14** – Taxas de sindicalização entre os funcionários, que corresponde ao indicador **102-42** no GRI-G5. Esses indicadores estão diretamente ligados aos **ODS 3** (Saúde e Bem-Estar), **ODS 4** (Educação de Qualidade) e, principalmente, ao **ODS 8** (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), demonstrando como as práticas empresariais podem contribuir para alcançar metas globais relacionadas ao desenvolvimento sustentável.
- ◆ **HR1** – Percentual de novos fornecedores contratados que foram submetidos a avaliações em relação a práticas de direitos humanos, que corresponde ao indicador **412-1** no GRI-G5; **HR2** – Percentual de operações e fornecedores significativos que foram sujeitos a avaliações de impacto em direitos humanos, que corresponde ao indicador **412-2** no GRI-G5; **HR6** – Operações identificadas em que o direito à liberdade de associação e de negociação coletiva pode ser afetado por riscos

significativos, que corresponde ao indicador **407-1** no GRI-G5; e **HR7** – Percentual de operações com programas de formação em direitos humanos e procedimentos de gestão implementados, que corresponde ao indicador **406-1** no GRI-G5. Esses indicadores ajudam a monitorar e relatar práticas empresariais que impactam diretamente os direitos humanos e as condições de trabalho, contribuindo para a promoção de um ambiente de trabalho justo, seguro e inclusivo, conforme estabelecido pelos **ODS 5** (Igualdade de Gênero), **8** (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), **10** (Redução das Desigualdades) e **16** (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

- ◆ **PR1** – Percentual de operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção, que corresponde ao indicador **205-1** no GRI-G5; **PR3** – Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização, que corresponde ao indicador **205-2** no GRI-G5; **PR6** – Total de multas por não conformidade com leis e regulamentos sociais, que corresponde ao indicador **419-1** no GRI-G5; e **PR9** – Valor de doações financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos e instituições relacionadas, que corresponde ao indicador **418-1** no GRI-G5. Esses indicadores ajudam as organizações a monitorar e relatar práticas relacionadas à corrupção, conformidade regulatória e privacidade, contribuindo diretamente para a promoção de instituições eficazes, responsáveis e transparentes, conforme estabelecido pelo **ODS 16** (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

Pode-se sugerir, ainda, que sejam incluídos os aspectos Energia, Água e Resíduos, bem como seus respectivos indicadores: **EN3** – Consumo total de água por fonte, que corresponde ao indicador **303-1** no GRI-G5; **EN8** – Total de resíduos sólidos por tipo e método de disposição, que corresponde ao indicador **306-2** no GRI-G5; **EN16** – Total de emissões de gases de efeito estufa, em toneladas métricas de CO₂ equivalente, que corresponde ao indicador **305-1** no GRI-G5; **EN21** – Gases de efeito estufa (GEE) indiretos (escopos 2 e 3), que corresponde ao indicador **305-2** no GRI-G5; **EN22** – Iniciativas para mitigar os impactos ambientais dos produtos e serviços, e extensão da gestão desses impactos, que corresponde ao indicador **416-1** no GRI-G5, para que todas as informações necessárias sejam expostas de forma transparente no relatório de sustentabilidade, nas categorias de Desempenho Econômico, Ambiental e Social. Esses indicadores estão alinhados com os **ODS 3** (Saúde e Bem-Estar), **6** (Água Potável e Saneamento), **12** (Consumo e Produção Responsáveis) e **13** (Ação Contra a Mudança Global do Clima), demonstrando como as práticas empresariais podem contribuir para alcançar metas globais relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à proteção ambiental.

5. CONCLUSÃO

A partir do objetivo proposto, que focou em analisar como os indicadores de sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

podem contribuir para a mitigação dos impactos da indústria de confecção do vestuário, foi possível identificar diferenças entre o que os gestores percebem como importante e o que eles apontam como relevante para constar em um relatório de sustentabilidade, bem como a situação de cada indicador presente nas indústrias. Verificou-se, principalmente, a ausência de maior número de indicadores ambientais. No entanto, conforme as diretrizes do GRI, para uma organização relatora iniciante é necessário identificar materialidade respondendo a um mínimo de dez indicadores, incluindo pelo menos um de cada uma das áreas de desempenho: ambiental, social e econômico.

As empresas, independentemente do porte, são atores indispensáveis na jornada para levar adiante os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com a integração dos ODS ao relatório de sustentabilidade das organizações, é possível atingir um nível mais satisfatório rumo à sustentabilidade. Portanto, os resultados demonstram que, apesar da quantidade pequena de indicadores identificados para gerar relatórios de sustentabilidade em confecções do vestuário no APL α , foi contemplado o mínimo exigido pelas diretrizes GRI, sendo possível integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, assim, contribuir para a mitigação dos impactos ambientais, sociais e econômicos.

De fato, o tema sustentabilidade é de grande relevância para as indústrias em geral e vem se difundindo entre os atores industriais. Todavia, ainda se depara com a indisponibilidade de dados junto aos gestores das indústrias, como, por exemplo, pela dificuldade nos questionamentos e pela compreensão parcial sobre o tema, o que leva à impossibilidade de geração de dados para uma ampla análise. A ampliação da disponibilidade de dados pode aumentar o número de indicadores a serem relatados em confecções de vestuário em APLs, incluindo um sistema de medição de desempenho a partir dos resultados obtidos.

A relação dos indicadores de sustentabilidade do GRI com os ODS permite uma avaliação abrangente e detalhada do desempenho de uma organização em termos de sustentabilidade, facilitando a comunicação transparente e eficaz com os *stakeholders* sobre como as práticas de sustentabilidade da organização contribuem para os objetivos globais.

REFERÊNCIAS

- AGYEKUM-MENSAH, G., KNIGHT, A. & COFFEY, C. (2012). 4Es and 4 Poles model of sustainability. Redefining sustainability in the built environment. *Structural Survey* [Online], **30**(5), 426–442. [Acesso em 26 de fevereiro de 2015]. Disponível em: doi: 10.1108/02630801211288206
- AL-SHARRAH, G.; ELKAMEL, A. & ALMANSSOOR, A. (2010) Sustainability indicators for decision-making and optimisation in the process industry: the case of the petrochemical industry. *Chemical Engineering Science* [Online], **v.65**, pp.1452–1461. [Acesso em 27 janeiro de 2011]. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0009250909007301>
- ANDRADE, F. A. V. & FRAXE, T. J. P. (2013). O consumo e a sustentabilidade sob a ótica do documentário "História das Coisas". *Contribuciones a las Ciencias Sociales* [online].

[Acesso em 13 de maio de 2015]. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/24/consumo-sustentabilidade.html>

ANDRIES, A., MORSE, S., MURPHY, R., LYNCH, J., WOOLLIAMS, E., & FONWEBAN, J. (2018). Translation of Earth observation data into sustainable development indicators: An analytical framework. *Sustainable Development [Online]* (July), 1–11. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/sd.1908>

APL VESTUÁRIO. (2006). Plano de desenvolvimento do arranjo produtivo local do vestuário de Cianorte / Maringá – Paraná. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1248271195.pdf

BIERMANN, F., KANIE, N., KIM, R. E. (2017). Global governance by goal-setting: the novel approach of the UN Sustainable Development Goals, *Current Opinion in Environmental Sustainability*. Volumes 26–27, Pages 26-31, ISSN 1877-3435. [Acesso em 10 de maio de 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2017.01.010>.

BUSINESS REPORTING ON THE SDGs. (2018). Integrando os ODS nos relatórios de sustentabilidade corporativos: um guia prático. [Acesso em 02 de julho de 2022]. Disponível em: <https://materiais.pactoglobal.org.br/integrando-ods-nos-relatorios>

BRASIL UN. (2022). Objetivos do desenvolvimento sustentável. [Acesso em 02 de julho de 2022]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

CRESWELL, J. W. (2013). **Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches** (3rd ed.). SAGE Publications.

COSTA, C. M. (2019). **Integração dos Objetivos e Indicadores da Agenda 2030 em Relatórios de Sustentabilidade do Sector Público**. Dissertação de mestrado vinculado ao programa de Engenharia do Ambiente. Faculdade de ciências e tecnologia. Lisboa. [Acesso em 02 de julho de 2022]. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/89169>

ECCLES, R. G., IOANNOU, I., & SERAFEIM, G. (2014). The Impact of Corporate Sustainability on Organizational Processes and Performance. *Management Science*, **60**(11), 2835–2857. <http://www.jstor.org/stable/24550546>

ELKINGTON, John. (2018). 25 Years Ago I Coined the Phrase “Triple Bottom Line.” Here’s Why It’s Time to Rethink It. *Harvard Business Review Home*. [Acesso em 06 de maio de 2022]. Disponível em: <https://hbr.org/2018/06/25-years-ago-i-coined-the-phrase-triple-bottom-line-heres-why-im-giving-up-on-it?language=pt>

EROL, Ismail, et al. (2009). Sustainability in the Turkish retailing industry. *Sust. Dev. [Online]*, **v.17**, 49–67. DOI: 10.1002/sd. [Acesso em 29 de agosto 2012]. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/sd.369/pdf>

ESTENDER, A. C. & PITTA, T. de T. M. (2008). O conceito de desenvolvimento sustentável. [Acesso em 26 de maio de 2012]. Disponível em: http://www.institutosiegen.com.br/artigos/conceito_desenv_sustent.pdf

FEIL, A. A. & SCHREIBER, D. (2017). Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. *Cadernos EBAPE [online]*, **14**(3), 667-681. [Acesso em 28 de Agosto de 2018]. Disponível em: doi:10.1590/1679-395157473

FIALHO, Francisco A. P., et al. (2008). **Gestão da sustentabilidade na era do conhecimento**. Florianópolis: Visual Books.

FIEP. (Federação das Indústrias do Estado do Paraná). (2010). APLs do vestuário movimentam economia paranaense. [Acesso em 03 de outubro de 2012]. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/fiepr/News95content93826.shtml>

FIEP. (Federação das Indústrias do Estado do Paraná). (2012). APL de confecções. [Acesso em 03 de outubro de 2012]. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/fiepr/fomentoedesenvolvimento/apl/FreeComponent11706content104096.shtml>

GALDAMEZ, Edwin V. C. (coord.). (2010). **Introdução de práticas de inovação contínua nas micro e pequenas empresas do arranjo produtivo local do vestuário de Maringá/**

Cianorte. Relatório técnico. Programa universidade sem fronteiras: extensão tecnológica empresarial.

GALPIN, T., WHITTINGTON, J. & BELL, G. (2015), "A sua estratégia de sustentabilidade é sustentável? Criando uma cultura de sustentabilidade", *Governança Corporativa*, v.15 N° 1, pp. <https://doi.org/10.1108/CG-01-2013-0004>

GRI. (Global Reporting Initiative). (s.d.). Normas GRI Traduções em Português. [Acesso em 02 de julho de 2022]. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>

GRIGGS, D., STAFFORD-SMITH, M., GAFFNEY, O., ROCKSTRÖM, J., ÖHMAN, M. C., SHYAMSUNDAR, P., STEFFEN, W., GLASER, G., KANIE, N. & NOBLE, I. (2013). Sustainable development goals for people and planet. *Nature*, **495**, 305–307. [Acesso em 06 maio de 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/495305a>

GLAVIC, Peter & LUKMAN, Rebeka. (2007). Review of sustainability terms and their definitions. *Journal of Cleaner Production* [Online], v.15, 1875-1885. [Acesso em 21 setembro de 2012]. Disponível em: <http://www.journals.elsevier.com/journal-of-cleaner-production/>

HAHN, Rüdiger & KÜHNEN, Michael. (2013). Determinants of Sustainability Reporting: A Review of Results, Trends, Theory, and Opportunities in an Expanding Field of Research. *Journal of Cleaner Production*, v.59, pp. 5-21. [Acesso em 06 de maio de 2022], (doi: 10.1016/j.jclepro.2013.07.005). Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2290524>

HOLDEN, E., LINNERTUD, K. & BANISTER, D. (2017). The Imperatives of Sustainable Development. Volume 25, 3 ed. Pages 213-226, Maio/junho de 2017. [Acesso em 10 de maio de 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/sd.1647>

KEMERIC, Pedro Daniel da Cunha; RITTER, Luciana Gregory & BORBA, Wilian Fernando. (2014). Indicadores de sustentabilidade ambiental: métodos e aplicações. *Revista Monografias Ambientais – REMOA* [Online], v.13, N. 5. [Acesso em 22 de julho de 2022]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/2236130814411>

KPMG. (2020). The time has come. [Acesso em 06 de julho de 2022]. Disponível em: <https://kpmg.com/xx/en/home/insights/2020/11/the-time-has-come-survey-of-sustainability-reporting.html>

KPMG. (2022). Big shifts, small steps. [Acesso em 06 de dezembro de 2022]. Disponível em: <https://kpmg.com/xx/en/home/insights/2022/09/survey-of-sustainability-reporting-2022.html>

LEITE FILHO, Geraldo A.; PRATES, Lorene A. & GUIMARÃES, Thiago N. (2009). Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no ano de 2007. *RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP* [Online], 3(7) p. 43-59, set-dez. [Acesso em 10 de setembro de 2011]. Disponível em: <http://www.doaj.org/doi?func=fulltext&passMe=http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/107/95>

LICHT, K. F. & FOLLAND, A. (2019). Defining "Social Sustainability": Towards a Sustainable Solution to the Conceptual Confusion. [Acesso em 06 de maio de 2022]. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.5324/eip.v13i2.2913>

LOURENÇO, M. L. & CARVALHO, D. (2013). Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. *RACE* [online], 12(1), 9-38. [Acesso em 28 de novembro de 2017]. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/2346>

MANZINI, Ezio; & VEZZOLI, Carlo. (2005). **O desenvolvimento de produtos sustentáveis.** Tradução de Astrid de Carvalho – 1 ed, reimpr – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

MUNCK, L. & SOUZA, R. B. (2009). A relevância do ser humano no contexto de institucionalização e legitimação do paradigma da sustentabilidade. *Revista de Gestão*

[online], **16**(3), 1-14. [Acesso em 20 de fevereiro de 2016]. Disponível em: doi: 10.5700/issn.2177-8736.rege.2009.36674

NASCIMENTO, E.P. do. (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. Estudos Avançados [online], **26**(74), 51-64. [Acesso em 15 de janeiro de 2016]. Disponível em: doi: 10.1590/S0103-40142012000100005

NOGUEIRA, Marinez Gil. (2009). Ambiente e desenvolvimento sustentável: reflexão sobre a educação ambiental no âmbito da gestão ambiental empresarial. Ambiente & Educação [Online], **14**(1). [Acesso em 03 de fevereiro de 2011]. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/index.php/ambeduc/article/view/1141>

OECD. (2014). O que é Desenvolvimento Sustentável [online]. ((o)eco. [Acesso em 17 de julho de 2018]. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28588-o-que-edesenvolvimentosustentavel/>

OLIVEIRA, A. C. GOES, P.B de, FRASSON, A. C. & FRANCISCO, A. A. de. (2013). **Auditoria, competências e sustentabilidade**. In: A.C. de Francisco, C.M. Piekarski; T.H. de P. Alvarenga, eds. Ferramentas para Gestão da Tecnologia. Vol.2. Ponta Grossa: Gráfica e Editora Vila Velha. Cap. 5. p. 65-82.

RAGAS, A. M. J.; et al. Towards a sustainability indicator for production systems. Journal of Cleaner Prod. [Online], **v.3**, n.1-2, pp.123-129. 1995. [Acesso em 23 de agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S095965269500064L>

SCHULTE, N.K. & LOPES, L.D. (2014). **Ecomoda**: uma proposta de responsabilidade socioambiental. In: M.R. Sant'anna e S.R. Rech, eds. Brasil: 100 anos de moda - 1913 a 2013. Florianópolis: UDESC. 114-124.

SEURING, Stefan & MÜLLER, Martin. (2008). From a literature review to a conceptual framework for sustainable supply chain management. Journal of Cleaner Production [Online], **V.16**, n.15, 1699–1710. [Acesso em 13 de novembro de 2011]. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S095965260800111X>

SELDIER, E. et al. (2018). **A temática da sustentabilidade no meio rural em uma abordagem científica: indicadores como estratégia de mensuração**. In: 56º Congresso Sober, Unicampi. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Eluane-Parizotto-Seidler/publication/332778461_A_TEMATICA_DA_SUSTENTABILIDADE_NO_MEIO_RURAL_EM_UMA_ABORDAGEM_CIENTIFICA_INDICADORES_COMO ESTRATEGIA_DE_MENSURACAO/links/5cc8fac7299bf120978b780a/A-TEMATICA-DA-SUSTENTABILIDADE-NO-MEIO-RURAL-EM-UMA-ABORDAGEM-CIENTIFICA-INDICADORES-COMO-ESTRATEGIA-DE-MENSURACAO.pdf

SICHE, Raúl; et al. (2007). Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. Ambiente & Sociedade. Campinas [Online], **v.X**, n.2, p.137-148, jul.-dez. 2007. [Acesso em 23 de setembro de 2011]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a09v10n2.pdf>

SILVA, C. E., JERALDO, V. L. S., MELO, C. M. & FONSECA, V. (2011). Avaliação de sustentabilidade como instrumento do princípio da responsabilidade numa ecoética das novas sociedades sustentáveis. Scire Salutis [Online], **1**(2), 45-50. [Acesso em 08 de maio de 2015]. Disponível em: 10.6008/ESS2236-9600.2011.002.0005

SOUZA, Rafael B. de & LOPES, Paulo da C. (2010). Indicadores de sustentabilidade em simulações de negócios: uma proposição no contexto do jogo de empresas SEE. Revista Contemporânea de Economia e Gestão [Online], **v.8**, n.2, jul./dez. [Acesso em 14 de outubro de 2011]. Disponível em: <http://www.doaj.org/doaj?func=fulltext&passMe=http://www.contextus.ufc.br/index.php/contextus/article/view/264>

UNITED NATIONS (UN). (2018). Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. [Acesso em 23 de Julho de 2022]. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 3ª ed., 2008.

VILHENA, Juliana M. (2007). Diretrizes para a sustentabilidade das edificações. *Gestão & Tecnologia de Projetos* [Online], **v.2**, n.2, Maio. [Acesso em 21 de maio de 2011]. Disponível em: <http://www.arquitetura.eesc.usp.br/jornal/index.php/gestaodeprojetos/article/viewFile/32/41>

YIN, R. K. (2018). **Case Study Research and Applications:** Design and Methods (6th ed.). SAGE Publications.

ZILANS, Andis & ABOLINA, Kristine. (2009). (A methodology for assessing urban sustainability: Aalborg commitments baseline review for Riga, Latvia. *Environment, Development and Sustainability* [Online], **v.11**, Number 1, 85-114, DOI: 10.1007/s10668-007-9099-y. [Acesso em 21 de setembro de 2011]. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/cw2w701551781016/>